

Prorrogado prazo para pagamento do custeio

por Claudia Safatle
de Brasília

O esquema montado pelo governo para aliviar as pressões sobre o crédito de comercialização e custeio da safra de inverno no Sul do País, em junho, implicará apenas um desafogo temporário. Em julho, como explicou o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o Banco do Brasil operará dentro das metas orçamentárias. Em contrapartida, como observou o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, à repórter Maria Clara R. M. do Prado, os bancos privados deverão operar menos tanto com novos contratos de custeio quanto para a comercialização.

A prorrogação por trinta dias do prazo de pagamento dos financiamentos de custeio agrícola, que venceia ontem, anunciada por Galvêas, foi uma solução para contornar a escassez de recursos à comercialização (EGF). Essa decisão, entretanto, implicará maiores ônus aos produtores rurais, já que contrataram uma operação de custeio a uma taxa de 3% mais 85% da variação da correção monetária e, agora, terão de arcar com um custo de 100% da correção monetária mais uma parcela fixa de juros de 3%, durante o período de adiamento.

Esse mecanismo vem atender a um período de largas demandas por financiamentos rurais, já que maio e junho são meses sazonalmente difíceis, diante

do somatório de crédito de comercialização e custeio agrícola para a safra de inverno do Sul do País.

COMPORTAMENTO PARA O SETOR PRIVADO SERÁ DIFERENTE

No início do segundo semestre, quando a demanda cai o Banco do Brasil volta a operar dentro dos rígidos parâmetros orçamentários. Colin prognostica um comportamento diferente para o setor privado. Como os bancos privados deixarão de contar em junho com o retorno das operações vencidas no mês de maio (os recursos deverão aparecer nos seus caixas somente no final de junho), eles deverão retrair nas aplicações em novos contratos de custeio e comercialização, ficando, porém, mais livres para julho — quando disporão de mais recursos para operar com o setor rural, oriundos do retorno das operações de custeio que vencem em 30 de junho.

Com esse acerto o governo pretende desamarrar um pouco os produtores rurais que, com a falta de crédito à comercialização, estão vendendo seus produtos pelos preços estabelecidos pelos intermediários.

SAFRAS IRÃO REFLETIR-SE NOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO

Toda essa política é de suma importância para rebaixar os preços dos alimentos e, assim, obter ganhos nos altos índices de inflação. Segundo o ministro da Fazenda, o ingresso das safras agrícolas, aliado à terapia de política fiscal e monetária, vai refletir favoravelmente nos índices de inflação de junho e julho. "Toda a estratégia está traçada. Agora é ter paciência e aguardar", concluiu o ministro.